

O MST e a Agroecologia: entre autonomia e a reciprocidade assimétrica

Miguel Angelo Lazaretti¹

Resumo: Estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis têm sido pensadas em várias partes do mundo como forma de combater a crescente escassez dos recursos do planeta, o que também tem ocorrido no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento construiu um Projeto de Desenvolvimento Agroecológico para o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante D'Oeste, estado do Paraná. Assim, neste artigo, o escopo é analisar a implementação desse projeto e as mudanças que dele ocorreram, identificando-se o processo de transição agroecológica. Este estudo ancora-se nas discussões teóricas da sociologia rural e da agroecologia. Os dados e as informações apresentados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas ocorridas no período de 2015 e 2017, e atualizados em 2021. Os resultados indicam que, a partir do momento em que as famílias optaram pela agricultura sem agroquímicos, tendo em vista o desejo de fazer desse assentamento o primeiro a produzir 100% nos moldes da agroecologia, iniciou-se um processo de árdua labuta e de sobrevivência das famílias em produzir com base nessas novas práticas. A proposta, introduzida de cima para baixo (dos líderes dos movimentos para os assentados), não levou em consideração as características históricas, sociais e culturais dos assentados. Ademais, não houve uma maior discussão com esses sujeitos dos elementos envolvidos no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento. As relações assimétricas que se desenvolveram culminaram no rompimento com a proposta de produção sustentável, levando as famílias a retornarem ao modo convencional de produção. O conceito de soberania alimentar assumiu novos contornos para os sujeitos desse assentamento, sendo sinônimo de sobrevivência familiar e autonomia. Essas conclusões reforçam que qualquer proposta de desenvolvimento agroecológico deve ser pensada juntamente com os que serão por ela afetados (os assentados da reforma agrária, por exemplo), além de serem elaboradas políticas públicas para assessorar as famílias agricultoras.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamento; Condicionamento; Desenvolvimento sustentável; Ação coletiva.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo

The MST and Agroecology: Between autonomy and asymmetrical reciprocity

Abstract: More sustainable rural development strategies have been considered in various parts of the world as a way to combat the growing scarcity of the planet's resources, which has also occurred within the Landless Rural Workers Movement (MST). This movement has built an Agroecological Development Project for the Ander Rodolfo Henrique Settlement, located in the municipality of Diamante D'Oeste, state of Paraná. Thus, in this article, the scope is to analyze the implementation of this project and the changes that occurred from it, identifying the agroecological transition process. This study is based on the theoretical discussions of rural sociology and agroecology. The data and information presented were collected through semi-structured interviews that took place in 2015 and 2017, and updated in 2021. The results indicate that, from the moment the families opted for agriculture without agrochemicals, in view of the desire to make this settlement the first to produce 100% along the lines of agroecology, a process of hard work and survival began for the families to produce based on these new practices. The proposal, introduced from top to bottom (from the leaders of the movements to the settlers), did not take into consideration the historical, social and cultural characteristics of the settlers. Furthermore, there was no major discussion with these subjects about the elements involved in the settlement's Development Project. The asymmetric relationships that developed culminated in the rupture with the sustainable production proposal, leading families to return to the conventional mode of production. The concept of food sovereignty has taken on new contours for the subjects of this settlement, being synonymous with family survival and autonomy. The conclusions of this study reinforce that any proposal for agroecological development must be thought out with those who will be affected by it (the agrarian reform settlers, for example), in addition to the elaboration of public policies to assist farming families.

Keywords: Agroecology; Settlement; Conditioning; Sustainable development; Collective action.

Introdução

Nas últimas décadas, têm crescido as discussões em torno de estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis, a fim de contribuir

tanto para a vida dos sujeitos, na atualidade, quanto para as gerações vindouras, considerando a crescente escassez dos recursos do planeta. Tais estratégias têm movimentado ações por parte de vários setores da sociedade, algo que também aconteceu no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diante disso, neste artigo, direcionamos nossos olhares para as mudanças implementadas pelo MST em um assentamento de reforma agrária sob sua direção, o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante d'Oeste, no estado do Paraná. O objetivo é analisar o processo de mudança das ações dos sujeitos que vivem nesse local específico e a implementação de um projeto agroecológico e de transição agroecológica. Neste estudo, compreendemos as mudanças agroecológicas como sendo o não uso de agroquímicos nos lotes do assentamento, optando-se por uma agricultura não convencional do tipo naturalista, sem agrotóxicos.

A direção do MST, por meio da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), procurou introduzir e produzir novas práticas não convencionais na agricultura. Em um primeiro momento, elas foram bem recebidas pelos assentados na esperança de produzir sob um novo paradigma agrícola sustentável e agroecológico. No entanto, esse modelo não se sustentou devido à demora do retorno financeiro dessas práticas produtivas e à cultura generalizada de que o uso de agroquímicos resulta em um rendimento mais rápido para as famílias em termos econômicos. Além desses aspectos, a não aceitação desse modelo está relacionada à falta de discussões e de uma participação mais efetiva de todos assentados para aquilo que seria o modelo alternativo de segurança alimentar.

Para a concretização deste estudo, as reflexões organizaram-se em três etapas: (i) a implementação do projeto; (ii) a resposta dos assentados às novas práticas agrícolas chamadas agroecológicas; e (iii) o rompimento e a atualização da realidade do assentamento até o final do ano de 2021.

Como forma de apresentar os resultados deste estudo, organizamos o texto da seguinte forma: inicialmente, destacamos os contornos metodológicos da pesquisa; posteriormente, ressaltamos o contexto histórico do PDA agroecológico e seus limites; na sequência, a partir da fala de assentados entrevistados, indicamos os desafios e os limites da implantação de tal projeto no Assentamento Ander Rodolfo Henrique; dando continuidade, enfatizamos a visão dos assentados sobre o conceito de soberania alimentar; por fim, tecemos as considerações finais.

Metodologia: um olhar sociológico entre a prática de agricultura agroecológica e a convencional

A elaboração deste texto tem como ponto de partida a pesquisa de mestrado realizada nos anos de 2015 a 2017, (SOUZA, 2017; SOUZA 2018), cujo escopo foi analisar os processos de ruptura e de descontinuidade das práticas agroecológicas no assentamento Ander Rodolfo Henrique, em Diamante d'Oeste (PR). Neste texto, retomamos algumas discussões mobilizadas na pesquisa e as atualizamos, ao retornamos ao lócus investigativo para verificar a situação dos assentados após o rompimento com o PDA.

No estudo desenvolvido em XXX, analisamos o PDA do assentamento, a forma como ele foi construído, a interlocução entre líderes do MST e os assentados para depois nos debruçarmos em documentos internos do movimento, bem como de uma revisão de literatura relacionada à agroecologia e aos modelos assimétricos implantados em diversas realidades rurais ligadas a movimentos sociais. Para além de um estudo documental, realizou-se também um estudo de caso, focalizando especificamente o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, ocasião em que entrevistamos, no ano de 2016, alguns assentados, com o intuito de compreendermos os processos de ruptura e de descontinuidade das práticas agroecológicas.

Em 2021, realizamos novas entrevistas com pessoas e/ou famílias (11, no total) que mais se envolveram com as novas práticas agroecológicas quando essas foram implantadas, a fim de verificar como estão atualmente e como entendem o conceito de soberania alimentar. As entrevistas foram semiestruturadas pois entendemos que nesse modelo, o entrevistador tem uma participação bem mais ativa, embora ele deva observar um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões. Contudo, ele pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto. (COLOGNESE; MELLO, 1998).

A partir desses contornos metodológicos, a seguir, contextualizamos o PDA e o Assentamento Ander Rodolfo Henrique.

O contexto histórico do PDA agroecológico e seus limites

A configuração do assentamento Ander Rodolfo Henrique começou a tomar forma quando, em 11 de setembro de 2001, a antiga fazenda Comil,

localizada no município de Diamante D'Oeste, foi ocupada. A desapropriação área ocorreu no dia 24 de novembro de 2003, momento em que se criou o Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Na fazenda de 3.097,68 hectares, que era de um único proprietário, atualmente estão assentadas 108 famílias (SOUZA, 2017; SOUZA, 2018).

Após conquista da área para assentar as diversas famílias, emergiu a demanda de se pensar o PDA. Essa discussão durou vários meses em torno de uma proposta audaciosa para consolidação de um assentamento agroecológico. Protagonizando o debate para estruturação do PDA agroecológico, o MST conduziu as discussões em torno da viabilidade da área tornar-se a primeira do estado do Paraná a ser totalmente agroecológica. Foi um período com diversos debates acalorados e encontros para se definir uma matriz de produção que gerasse novos horizontes para a reforma agrária. O programa produtivo do PDA foi elaborado baseado no *Regimento Interno* do assentamento que proíbe o uso de agrotóxicos (inseticidas e fungicidas) e fertilizantes sintéticos (ureia e superfosfato), além da aplicação de produtos químicos nos animais e na prática das queimadas (SOUZA, 2017; SOUZA, 2018).

O Regimento Interno é o documento que organiza a política interna do assentamento e estabelece as normas que garantem a organicidade das famílias, em harmonia com os princípios do MST. No caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique, “Esse documento é anterior ao PDA e definia, em última instância, por meio de assembleia geral, qual a matriz tecnológica seria adotada nas linhas de produção agroecológica.” (SOUZA, 2017, p.38). Essa definição, que posteriormente constituiu os princípios a serem seguidos pelas famílias, delimitou a implementação de um novo modelo de assentamento no estado do Paraná, que se constitui um verdadeiro desafio lançado às famílias, já que o plano de desenvolvimento sustentável seria a base de produção e de organização do assentamento. As famílias fizeram um pacto para consolidação desse projeto, e a obrigação coletiva de produzir de forma agroecológica iniciou a partir da distribuição dos lotes para cada família final do ano de 2003.

Diante do desafio assumido pelas famílias assentadas de trabalhar com práticas agroecológicas, “Em 2013, esse processo foi revertido e tanto o PDA quanto o regimento interno foram abandonados.” (SOUZA, 2017, p.38). Quais foram os fatores que levaram à ruptura com o modelo agroecológico? A seguir, concentramo-nos em responder a esta pergunta.

Desafios e limites do PDA agroecológico para reforma agrária: as ações coletivas e individuais em jogo

Conforme pontuam Gonçalves (2008), Barcellos (2010) e Borges (2010), foi a partir de seu IV Congresso Nacional que o MST assumiu de forma explícita a agroecologia como uma base na qual a concretização da reforma agrária no Brasil deveria ser arquitetada. Segundo Borsatto e Carmo (2013), o Paraná se destaca como uma das regiões em que as lideranças desse movimento mais defenderam a proposta agroecológica e se esforçaram para difundi-la. O MST paranaense consolidou-se como referência para outros regiões do país, criando centros de formação e capacitação técnica em agroecologia.

Borsatto e Carmo (2013) explicam que, para o MST, o agricultor assentado não era mais um mero objeto, mas passou a ser “um sujeito criando a sua própria existência, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o germen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor.” (BORSATTO; CARMO, 2013, p.657). Essa mudança no perfil do agricultor assentado é verificada na observação de Lazzaretti (2007), ao descrever que há uma ruptura, muitas vezes, “quando se passa dessa fase da preparação e acampamento, em que as famílias estão unidas para conquistarem a terra para a fase do assentamento em que ocorre a posse individual da terra.” (LAZZARETTI, 2007, p.38). Nesse caso, os assentados, de acordo com o autor, se mostram um pouco apáticos à ideia dos líderes do movimento. O pesquisador ainda pontua que as lideranças não abrangem a totalidade dos assentados e nem sempre suas posições ideológicas harmonizam-se com a população assentada e suas necessidades.

Ao analisarmos o assentamento em estudo, podemos observar que, da forma como foi alicerçada a proposta de assentamento agroecológico, a coordenação do MST teve como desafio convencer as famílias a aderirem ao projeto (SOUZA, 2017). A partir de um contato direto com os assentados, constatamos que a agroecologia foi uma ferramenta de imposição para que agricultores aderissem à proposta. Desse modo, trata-se de um projeto ambicioso conduzido de cima para baixo, para a construção de uma proposta que seria um modelo de assentamento no estado Paraná. Souza (2017) argumenta o MST teve como desafio impulsionar e fomentar a agroecologia em áreas de assentamentos da reforma agrária, e coube à direção e à coordenação do assentamento problematizar essa nova práxis de produção sustentável.

No âmbito do movimento, a agroecologia significa o estímulo à “prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos” (MST, 2000, p. 50). Essa postura, de acordo com o documento *A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira*, evitaria gastos com produtos químicos agressivos à natureza, além de permitir que alforrasse a criatividade dentre os membros do grupo, a fim de produzir uma nova matriz tecnológica.

Assim sendo, as famílias aceitaram o desafio de construir o PDA de base agroecológica, mas esse comprometimento foi constituído e aceito mais como uma dívida moral das famílias para com o movimento social do que propriamente um convencimento de que essa proposta era a melhor para todos (SOUZA, 2017). O anseio do MST em consolidar um contraponto à agricultura hegemônica o levou a impor uma nova lógica de organicidade, mas sem um amadurecimento e conhecimento por parte dos assentados do que seria trabalhar a agroecologia. As famílias aceitaram produzir nessa perspectiva porque foram assentadas pela luta e pela organização do próprio MST, e seria, desse modo, uma obrigação aderir ao projeto de assentamento. Lazzaretti (2007) e De Souza (2016) mencionam que os assentados têm uma dívida moral com o MST, que foi gerada por uma relação de reciprocidade assimétrica, produzindo respeito, obediência e dependência. Esse sentimento de dívida (mais que a própria dívida material) “revela, originalmente, uma relação assimétrica, uma estrutura de dependência que permite o surgimento da subjetividade.” (GODBOUT, 2007, p.167, tradução nossa). Esse novo jeito de fazer agricultura rompeu com os paradigmas dos sujeitos do campo, sendo necessária uma adaptação às novas práticas culturais que nortearam a maneira de se ver a agricultura (LAZZARETTI, 2007; SOUZA; LAZZARETTI, 2020).

A reciprocidade mencionada por Lazzaretti (2007) é considerada por Sabourin (1999) como uma norma moral, generalizada e universal, essencial à manutenção de estruturas e de sistemas sociais estáveis. Foi com base nesse princípio, o da reciprocidade, que a construção do projeto agroecológico foi garantida.

A reciprocidade assimétrica, conforme destaca Sabourin (1999), mede o quanto a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação de trabalho, mesmo se essa é necessária ou até indispensável. Na mesma direção, Ostrom (1998), Souza (2021) constata que a aprendizagem das relações de reciprocidade – e, conseqüentemente, a sua prática – criam um círculo virtuoso de reciprocidade, de confiança e de reputação. Esse foi o cenário das famílias do assentamento Ander Rodolfo

Henrique, já que tais sentimentos fizeram com que as famílias assumissem uma dívida moral com as normas e anseios de projetos do MST (LAZZARETTI, 2007).

As novas formas de organização do assentamento, promovidas geralmente por intervenções externas e assimétricas, como já ressaltado, suplantaram as formas preexistentes de organização dos agricultores, as quais eram marcadas pelas labutas da sua constituição como sujeitos e representavam às suas percepções de mundo. Os agricultores assentados tinham outros planos para do que e como produzir na terra conquistada com muitas lutas e sofrimento, como observamos na fala de um assentado:

Até pelo respeito pela própria a organização, até por isso, respeito a organização, porque, era fechado para ser aquilo, mesmo que se sabia que alguns que não faziam, um respeito a organização. Até mesmo depois que o pessoal começou mesmo a usar mais forte o veneno vamos dizer assim, eu ainda demorei um pouco e não por falta de vontade de usar né, demorei um pouco, vê cê tinha outra oportunidade. (Assentado G.L., 2016).

Mesmo não tendo ideia formada em torno da agroecologia, os agricultores, como foi o caso de G.L., aderiram ao projeto de desenvolvimento sustentável de base agroecológica. Essa relação de dívida moral foi o que manteve o projeto agroecológico por vários anos. “O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário” (SABOURIN, 2011, p.38). Nesse aspecto, G.L. sentia-se obrigado a comportar-se conforme as regras da comunidade (do assentamento). A obediência às normas tornou-se um princípio a ser seguido. Aqueles que não o aceitavam, sofriam as consequências do coletivo.

A relação bilateral assimétrica, na visão de Temple (1998), gera um sentimento de submissão, para quem recebe, e de prestígio, para quem dá mais (nesse caso os dirigentes do MST). Assim, a reciprocidade assimétrica se orienta pela avaliação que os camponeses ou grupos subalternos têm das expectativas, das obrigações, dos deveres e dos direitos em relação a grupos que estão em situação de dominação (SCOTT, 1976). Para Menezes (2006), “as relações de reciprocidade são compreendidas como um jogo de negociações entre os interesses individuais e as regras, valores e expectativas da coletividade” (MENEZES, 2006, p.19). Nesse caso, são feitas promessas que no futuro não se cumprirão.

Além do aspecto da reciprocidade, as relações entre os assentados e as lideranças eram marcadas por outros sentimentos, como indica J.P.:

Mas eu acho que era essa questão das ameaças mesmo cara, o pessoal né, tinha essa questão ou tu é agroecológico ou tu não fica aqui né. Na minha opinião era isso. A gente teve umas ameaças que ia ter que trocar de área né. Ou tu é orgânico, ou tu vai ser transferido para outro assentamento, então bastante essas conversas né! Eu acho que tinha bastante ameaças, que não concordava, ou mudava de assentamento, de lugar né. (Assentado J.P., 2016).

Como exposto no excerto, os assentados tinham uma relação de “medo” com as lideranças do assentamento. Praticavam a agroecologia sobre pressão, pois aquele sujeito que não aderiria às práticas agroecológicas muitas vezes era reprimido com advertências, ou, nos casos mais graves, era expulso do assentamento. Essa relação de medo e de obediência durou vários anos no P.A Ander Rodolfo Henrique. A pressão psicológica por não aceitar o projeto fazia com que as famílias se sentissem culpadas ou pressionadas a seguir determinadas práticas (SOUZA, 2017; SOUZA, SCHNEIDER, 2022)

A relação assimétrica que o MST produz com as famílias colabora para um arrolamento de dependência moral em longo prazo e facilita o controle desses sujeitos. A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser e da sociabilidade. Se, para existir socialmente, é preciso dar, para dar, é preciso produzir (SABOURIN, 2011). Nesse sentido, a reciprocidade garantiu o dever em aceitar a proposta de assentamento agroecológico.

Não obstante, de fato, o que existiu foi uma obrigação das famílias em aderir ao projeto agroecológico, na realidade, uma coação² das famílias em aceitar ou ir embora do assentamento, como destacado na fala a seguir:

Eu fui punido por isso, na época que eu plantei uma semente de milho selecionado, toquei que arrancar pra não perder o lote. Em partes, na época pra mim foi ruim, só que serviu de lição também, porque na época se seu sigo plantando, teria perdido o resto que

² “Constrangimento de uma pessoa a outra, a fim de influir em seu ânimo para que ela faça, deixe de fazer ou tolere alguma coisa a que não está obrigada em face da lei. Não há crime se a pessoa, sob coação irresistível, pratica o fato típico, pois, nesse caso, verifica-se a ausência de culpabilidade.” (VADE MECUM BRASIL, 2019).

eu tinha, que, que eu fiz, desanimei de fazer roça fui cuidar de vaca de leite, na época tava bão, eu do castigo, ainda veio o mior. Quem nem diz o outro, lesou a consciência, mas a questão financeira para mim em vez de lesar, melhorou. (Assentado O.T., 2016).

Lazzaretti destaca que “A coação física não constitui o único meio administrativo, tampouco o normal. Na verdade, seus dirigentes servem-se de todos os meios possíveis para alcançar seus fins.” (LAZZARETTI, 2007, p.99). Todavia, quando esses outros meios falham, em geral, recorre-se à coação. O medo perseguiu as famílias do assentamento por vários anos; ninguém podia desviar-se das regras previstas no regimento interno, pois havia um processo intersubjetivo de submissão, de respeito e dependência. Entretanto, o sentimento produzido por esse tipo de relação assimétrica leva à obediência e à submissão do mais fraco, levando, inclusive, a situações de opressão (SABOURIN, 2011). No caso do assentamento, os assentados reconstituem, perante os dirigentes do MST, relações de subordinação do tipo paternalista e clientelista, ou seja, constroem estruturas de reciprocidade assimétrica (LAZZARETTI, 2007). Se fizessem algumas práticas contrárias ao PDA, haveria consequências imediatas, como destacado por um dos entrevistados: “Porque não tinha né, saída né. A gente não saia porque a gente era “munto”... participava de “muta” reunião ai os encargo... era dado os “ano” né. André, se o “ce” abandonasse um cargo a torto e a direito o “cê” ate era suspeito ... de ser abandonado né...”. (Assentado V.J., 2016).

Nessa correlação de obediência e, muitas vezes, de coerção das próprias lideranças do MST para com as famílias, verifica-se “uma forma de vontade de sofrimento introjetada, como se a satisfação íntima do credor (dada a ele quando vê o devedor sofrer) fosse interiorizada pelo próprio sujeito em débito” (ANDRADE, 2010, p.291). Na verdade, os assentados têm uma dívida moral com o MST. Muitos não concordam com as ações do movimento, mas o defendem porque lhes possibilitou uma vida nova e cidadania (LAZZARETTI, 2007; SOUZA, 2022).

A ação adotada para construção do projeto em agroecologia percorreu e mostrou as diversas contradições do MST. Esse movimento produz ações coletivas que se orientam pela lógica leninista de organização, obedecendo ao centralismo democrático. Isso significa que quem decide os “direitos” dos assentados nem sempre são eles próprios, mas as suas representações (LAZZARETTI, 2007; DE SOUZA e AURÉLIO, 2018). No entanto, quando esse movimento defende uma ideologia, ou formas de organização e projetos por ela marcados, provoca relações de poder nos assentamentos em torno do

posicionamento de líderes e não líderes no tocante a essas formas de organização. No caso do assentamento em estudo, essas práticas se deliberaram na agroecologia, como forma de impor a vontade do MST na individualidade das famílias.

Melo, Scopinho e Gonçalves (2016) observam que muitos agricultores, mesmo depois de assentados, ainda atuam sob a lógica do trabalho heterogerido, assim como encontram obstáculos para superar as relações pessoais de desconfiança, em função das sucessivas frustrações vividas tanto na fase de acampamento quanto no assentamento. Nesse sentido, a maneira como foi gerida a proposta - de “cima para baixo”, sendo um “ideal” de agricultura para se buscar a autonomia do agricultor, com práticas equivocadas nas suas ações e deliberações - gerou um estado de trauma ao projeto. Isso mais uma vez é corroborado pelas falas dos assentados:

Na verdade, foi através de reuniões, mas geralmente vinha mais ditada de cima, né! Acho que meio empurrado goela baixo, muito tinha essa definição né, que ia dá certo, mas muito aceitavam, meio com medo né, ajudamos a construir entre aspas. Vamos dizer as pessoas discutiam lá, vai ser bão, saiam da reunião era outra opinião. Perante lá as pessoas reunidas, era uma coisa, saia fora você escutava buatos diferentes né. (Assentado R.P., 2016).
Digamos meio livre pro povo escolhe, sem pressão a escolha seria outra. Não to dizendo que seria ruim. Não dá maneira que foi. (Assentado U.Y., 2016).

Sobre a relação entre as lideranças e assentados, Schenato (2010) assevera que, embora houvesse uma aparência de irmandade e coleguismo, nas reuniões do movimento, o respeito era disfarçado, de modo teatralizado, porém, isso mudou “após a divisão dos lotes fazendo com que emergissem os discursos ocultos.” (SCHENATO, 2010, p.9). Nesse aspecto, o compartilhamento de valores e significados entre as famílias e o Movimento (MST) no período de acampamento deu lugar, no assentamento, ao rompimento de vínculos e à adaptação dos sujeitos ao mundo administrado. Mesmo com tais mudanças, as subjetividades foram constituídas em um jogo complexo em que resistência e a submissão estavam intimamente imbricadas nessa relação, ameaçada a “cidadania conquistada” (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). A partir do momento da chegada na terra, já dividida para cada família, intensificam-se as disputas e os tensionamentos, e não há mais a preocupação em esconder as divergências (SCHENATO, 2010). Com o passar dos anos, a obediência e a dependência foram se distanciando dos ideais do MST.

Scopinho (2009), reportando-se a Bauman, discute os conceitos de comunidade ética, em que o “entendimento entre os membros é natural e compartilhado, ponto de partida [...] para a união,” e o de comunidade estética, “cuja natureza superficial e transitória dos laços torna-os pouco duradouros e não cria entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas e de compromissos de longo prazo.” (SCOPINHO, 2009, p.259). No caso do assentamento em análise, constatamos, por meio das falas já apresentadas, que a relação estabelecida é estética, haja vista que a dívida moral para com o movimento foi, aos poucos, perdendo sua força. Isso se deve, na ótica do autor, ao período histórico que vivemos, no qual a velocidade das mudanças impõe um ritmo muito rápido ao modo como construímos vínculos por meio dos quais nos identificamos e nos mantemos como grupos organizados em torno de um determinado projeto de vida e de trabalho.

Trata-se, na ótica de Scopinho (2009, p.259), de uma questão de identidade, que é compreendida como “produto da relação que o sujeito estabelece, em um determinado tempo e espaço, com as estruturas sociais às quais ele está vinculado”. Os agricultores assentados passaram a criar a sua própria identidade e não mais a herdar àquela que seria a do MST. Silva (2007, p.81) ressalta que “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder”. Assim, tanto a identidade quanto a diferença são relações sociais que envolvem disputas e relações de poder entre os grupos sociais. Nas comunidades assentadas, como indica Schenato (2010), existem conflitos e disputas que denotam relações assimétricas e de poder com relação ao outro.

No Assentamento Ander Rodolfo Ricardo, foi a capacidade de reorganizar as suas vidas em torno de um projeto que forçou os assentados a criarem identidades para coexistirem e viverem naquele espaço, como visualizamos no excerto a seguir:

Eu não queria cara, eu já sabia que nos próprios animal não ia ter como trabalhar. Tinha a questão, nós começamos a fazer a os homeopáticos e era difícil, mas o nosso grupo foi um grupo que permaneceu mais tempo, assim trabalhando, assim a questão da homeopatia, o nosso grupo, da nossa linha, estava de parabéns questão do CAPA, que era um que sempre tava tentando, até o Zildo que fazia as pancadinhas do remédios né, nosso grupo sempre ganhava elogios que botava alguma coisa em prática, da

questão da agroecologia né, já via que não era fácil, eu memo na minha opinião , cem por cento não né! Que nem eu te falei, minha opinião sempre era tira um pedaço, pra fazer um teste, que área total era quase impossível (Assentado M.N., 2016).

O assentado explica que foi necessário aderir à ideologia do movimento no cuidado com os animais (tratamentos homeopáticos), mesmo sendo algo difícil e diferente do que estava acostumado. Nessa direção, outro assentado salienta:

Que nem diz os outros, que nos era costume numa vida química, e de repente do nada assim, tiora do zero, com os outros, foi um desafio muito grande, uma coisa , que nem diz os outros, que o povo não mudou cem por cento a vida do povo, povo não sabia e topo fazer, e vamo embora, vamo vê o que vai dá, como diz o outro, que nem eu falei a recém, por vários motivos, por, pelo nosso povo, não corre atrás, de questão de preço, de outras coisas, de ajuda de alguma entidade, que não teve, teve uns apoio moral só, e apoio moral hehehehe (risos) tudo mundo quebrado, falido e daí fazer uma mudança dessa é complicado. (Assentado Z.R., 2016).

Após a desvinculação das obrigações com o MST, os assentados retiraram o manto da agroecologia pelo qual foram obrigados a internalizar valores e preceitos que não representavam o projeto de vida que eles almejam em seus lotes de terras. Essa mudança pode ser compreendida a partir da noção de fluidez, de Bauman (2005). Para o pensador, por fluído entende-se tudo aquilo que é diluído, que muda à medida que é influenciado por qualquer tipo de força, com estruturas frágeis, o que é hoje já não é amanhã. No caso dos agricultores no assentamento Ander Rodolfo Henrique, forjaram suas identidades em um contexto de relações assimétricas, em que foi imposta uma proposta de projeto agroecológico, mas pouco relacionada à realidade e às experiências de vida desses sujeitos. Nesse sentido, os processos pelos quais o ser humano passa ao longo de sua vida estão ligados à construção de sua identidade (HALL, 2006; SOUZA e LAZZARETTI, 2020), sendo, de acordo com Gomes (2003, p. 41), “um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais”.

Portanto, após a desestruturação do projeto agroecológico, as famílias do assentamento Ander Rodolfo Henrique retornaram à labuta da vida cotidiana da agricultura convencional. Os equívocos do planejamento desse assentamento levaram a um descrédito da agroecologia para maioria das

famílias. Na realidade, as falhas das políticas públicas, a ineficácia de sua aplicabilidade ao projeto e mau assessoramento desencadearam a frustração com a construção de um assentamento voltado para produção de alimentos agroecológicos. A agroecologia, segundo Altierre e Nicholls (2020), DE Souza, (2016), Souza (2021) Souza e Schneider (2022) não se refere-se apenas à produção de alimentos sem agrotóxicos, mas incluiu uma base holística das relações humanas, sociais e culturais, fornecendo o alicerce de um novo jeito de se fazer agricultura. Essa visão não foi amplamente discutida e apresentada aos assentados, fator que certamente contribuiu para o abandono da PDA.

Le Coq *et al.* (2020) argumentam que a construção do Estado, como estrutura institucional específica, responde a um intrincado jogo de poder entre múltiplos atores sociais, e a produção de instrumentos de política pública depende do jogo de forças entre os diferentes atores para controlar recursos materiais e discursivos no processo de formulação e de legitimação das políticas. Nesse sentido, entender o estado da arte para a construção de um projeto agroecológico em área de assentamento de reforma agrária requer a mobilização de vários elementos coadjuvantes para alicerçar e romper as barreiras existente no campo da agricultura hegemônica do agronegócio. A implementação e a edificação da proposta projetada no assentamento pesquisado falharam nas articulações entre diferentes áreas, atores e níveis políticos. As falas dos assentados destacadas até o momento, oriundas de entrevistas realizadas em 2016, indicaram elementos importantes para compreendermos como se deu a implementação do PDA no assentamento. A seguir, como forma ampliar o estudo já realizado (SOUZA, 2017), entrevistamos novamente sujeitos do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, a fim de verificarmos o entendimento deles sobre o tema da soberania alimentar.

O que pensam os assentados sobre soberania alimentar: atualização da realidade do Assentamento Ander Rodolfo Henrique

No ano de 2021, retornamos ao Assentamento Ander Rodolfo Henrique com o objetivo de verificar se encontram os agricultores assentados e quais são atualmente as suas realidades, bem como entender a visão deles sobre a soberania alimentar, após todo o percurso de implantação e

rompimento com o PDA, como ressaltado na seção anterior. Salientamos que todos os agricultores voltaram a produzir fora do modelo agroecológico, estando centrados em práticas agrícolas convencionas, as quais, segundo eles, geram resultados mais rápidos.

Entende-se por soberania alimentar

O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Como evidencia-se na citação, os povos, permeados por suas práticas culturais e sociais, têm direito de definir os modos de produção, distribuição e de consumo de alimento. A partir desse conceito, fomos averiguar com algumas famílias assentadas, após abandonarem o modelo agroecológico proposto pelo MST na construção do PDA do assentamento, como elas visualizam e subjetivam a ideia de segurança alimentar, já trabalhando nos moldes convencionais e tradicionais da agricultura brasileira, com uso de insumos industriais e agroquímicos.

Vejamos o que disse um dos assentados: O que eu entendo por soberania alimentar. É garantir uma alimentação adequada, um direito nosso de plantar o que nós bem entendermos e produzir e vender para quem nós quisermos a nossa produção, em um preço melhor e uma condição adequada. (Assentado³ Ad1, 2021).

Em sua fala, notamos que o produtor define o que entende por soberania alimentar, mas dá muita ênfase à autonomia dos agricultores. Essa posição revela um pouco do que foi o rompimento do processo de produção agroecológico e o retorno ao tradicional, ou seja, o direito dos assentados em determinarem os seus modos de produzir.

Outro assentado assim se posicionou:

Soberania alimentar é um sustento para nós e para o povo da cidade. Se não somos nós, pequenos agricultores, a cidade padece

³ Os nomes são fictícios.

porque os grandes fazendeiros não deixam nada aqui no Brasil. É só exportação. Nós, pequenos agricultores familiares, sustentamos o povo da cidade. Então é mais ou menos por aí. (Assentado A1, 2021).

Notamos, a partir dessa fala, que os assentados almejam apenas uma vida melhor para si e para a os moradores da cidade, com autonomia e possibilidade de empreender, garantindo, dessa forma, a sobrevivência da família. Esse anseio e a quebra com a proposta do MST foram motivados pelo fato de que o movimento ignorou as trajetórias sociais, históricas e culturais dos assentados; foram silenciados e “obrigados” a seguir um projeto do qual não tinham total ciência. Lazzaretti (2007), em seu estudo, verificou que a aprendizagem coletiva entre agricultores assentados do MST confrontou-se com a lógica individual de trajetória de vida na construção de coisas comuns feitas coletivamente.

Algo que ficou muito evidente a respeito do conceito de soberania alimentar, na ótica dos assentados, é a autonomia: “Sim, que te assemelha ao autônomo. Algumas coisas não têm como, você é obrigado a ir ao mercado pegar o industrializado, mas a maioria você tem que tentar por casa mesmo. (Assentado C1, 2021).

Nos parece que, mesmo após terem saído do projeto do MST, os assentados ainda tentam guardar a necessidade de não precisar de “coisas de fora” para produzir. Algo que foi bem pontuado na implementação do PDA do assentamento, por parte da liderança do movimento, e que ficou gravado na memória dos assentados, foi a necessidade de ser independente de agroquímicos.

Isso tudo se concretiza tanto nas falas anteriores quanto posteriores ao projeto agroecológico. Ninguém quer perder tempo ou dinheiro. O que importa para os assentados é ter uma vida econômica lucrativa sem meios termos ideológicos. Ganhar e não perder: esta é a lógica. Ganhar, nesse caso, não significa entrar de “cabeça” na lógica capitalista, mas viver bem econômica e socialmente de uma forma mais rápida que a proposta pelo MST.

O processo conceitual produzido pelos assentados a respeito da soberania alimentar vai ao encontro das necessidades próprias de sobrevivência de cada família e de autonomia, como demonstra outro assentado, quando perguntado sobre o que entende por soberania alimentar:

A parte alimentar mesmo. Produzir alimentos próprios. Por exemplo, em casa eu não compro carne, eu não compro leite, eu

não compro azeite, não compro verdura; e assim, outros alimentos base é alimento próprio da gente. A gente administra a própria vida da gente aqui. Então a gente tem soberania sobre isso. Da outra parte a gente ainda está - seja como costume nosso - ainda fazendo de fora. Mas, mesmo assim, ainda tendo o sustento do próprio lote que seja a produção do lote para comprar as outras coisas. Quer dizer, praticamente a gente tem uma boa porcentagem alta da soberania alimentar, não precisando trabalhar para terceiros para poder se autossustentar, tanto na parte da alimentação como na parte do (dia a dia). (Assentado D1, 2021).

As respostas dos assentados confluem sempre para um mesmo ponto: garantir a sobrevivência da família, em primeiro plano, e, em segundo, a autonomia. A preocupação agroecológica ficou para trás:

Eu tento ter o máximo de alimentos que eu posso produzir em cima. Então tendo pequenos animais, plantas, para consumo próprio, principalmente. É sempre um pouco mais difícil você trabalhar com todos os tipos de plantas ou animais, visto que você precisa ter uma atividade econômica onde, hoje, baseado no agronegócio, para você conseguir vender a sua produção, geralmente gira muito em torno de cinco ou seis tipos de produção. Então você acaba pendendo para produzir mais o tipo das linhas do agronegócio. Então fica mais prático, vendo uma coisa e compro a outra, por exemplo, então isso é uma coisa que dificulta, não é? (Assentado L1, 2021).

Fica evidente que as falas dos entrevistados sempre convergem para a noção de soberania alimentar da família como um conceito mais amplo, assim como se encaixar de forma não preconceituosa e sem culpa ao agronegócio.

Na verdade. Ser dono da coisa. É ser soberano, quer dizer que eu não dependo de outros para eu sobreviver, eu dependo simplesmente da minha alimentação para eu sobreviver. Não sei se eu estou certo. O que eu penso seria mais ou menos isso. Eu não sendo soberano, eu não sendo dono daquilo, que eu dependo dos outros, que eu vou comprar tudo no mercado, aí eu não sou soberano. A soberania alimentar é que seja produzido por mim mesmo, eu produzo aquilo que eu quero e com qualidade (Assentado M1, 2021).

O depoimento do assentado Marino deixa claro que tudo só depende de cada família e que o MST já não tem mais aquela importância que tinha quando ele ingressou na luta pela terra. Esse assentado ainda faz um tipo de denúncia, de que as famílias podem tranquilamente viver dos seus lotes e, o que sobrar, podem vender; porém, muitos preferem trabalhar fora, ser empregado, comprar comida fora e ter o lote só para a moradia. Fugiram, portanto, dos princípios iniciais da organização. O entrevistado continua:

Todos têm condições físicas, ele tem condições de produzir toda a sua alimentação, soberania alimentar no lote, com certeza. É só querer. Ninguém está vendo essa soberania alimentar aqui. A maioria está trabalhando fora e estão comprando alimento fora. Nessa questão seria um punhado de fatores, no caso. Tem um pacote de fatores. Um é a questão financeira do pessoal. Quando fala em alimentação, no caso, aí não tem o que explicar. Eu acho que falta um pouco de planejamento. Mas aqui, do que eu conheço aqui dentro, um pouco é a questão financeira, que todo mundo se endividou e se perdeu na gauchada, como diz o gaúcho, se perdeu na gauchada e chegou no fundo do poço que hoje não consegue mais se manter por um monte de fatores. Por isso eu digo que nessa questão a gente teria que conversar muito tempo para a gente chegar em uma conclusão. É um punhado de fatores, como eu disse, que levou o pessoal a chegar nesse ponto. Não conseguiram mais dar conta do trabalho no lote por falta de, talvez, mão de obra, porque trabalhar de empregado – vamos fazer uma comparação – trabalhar na Lar (cooperativa integradora) de empregado no mês é uma coisa, agora trabalhar no lote em princípio é um bom planejamento. Eu dizendo aqui, acho que você já vai pegar o que eu quero dizer, não é? Em princípio, planejamento, um acompanhamento técnico, na verdade, que isso tu sabes que sempre foi bem precário, muito precário. Os técnicos, desde o começo, que nós tivemos, desde o primeiro técnico que nós tivemos aqui, eles mais tomavam chimarrão na casa quando ia – quando ia – para a casa do assentado, só tomava chimarrão e o povo ficou sem o planejamento do lote e chegou nessa situação de não conseguir sair mais das dívidas. Teve que trabalhar de empregado ou arrendar o lote, arrendar ou fazer parceria, que seja, para poder sair dessa situação. Para nós chegarmos a uma conclusão, é preciso meio dia, um dia de conversa. (Assentado M1, 2021).

A situação atual no Assentamento Ander Rodolfo Henrique, que era para ser um modelo agroecológico, é que muitas famílias estão desistindo dos

lotes que conquistaram na luta pela terra. A pressão tanto do movimento, em cima de ideais socialistas, quanto das cobranças imediatas que a sociedade capitalista faz em termos econômicos, não deixa aos assentados muitas escolhas.

Considerações Finais

Ao concluirmos este texto, constatamos que muitos e diversos são os elementos que levaram à ruptura das práticas agroecológicas no Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Faltou uma articulação do MST com órgãos públicos para uma efetiva consolidação do projeto agroecológico. Além disso, não se fortaleceram, de maneira flexível e organizada, os vínculos dos agricultores com as práticas agroecológicas. Nessa perspectiva, Le Coq *et al.* (2020) defendem que propostas de apoio ao desenvolvimento da agricultura e práticas agroecológica precisam ser formuladas em escala territorial e não naquela do sistema técnico da unidade de produção ou, menos ainda, na escala da parcela cultivada.

Diante dos fatos, cabe ressaltar que o MST foi um dos autores que influenciaram para atual realidade do Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Destacamos que as práticas equivocadas e os anseios para implementar um modelo de assentamento com 100% de produção agroecológico levaram ao descrédito dos agricultores assentados. Nesse sentido, esses sujeitos foram sobrecarregados com a responsabilidade de produzir de forma sustentável, sem apoio das políticas públicas e assistência técnica que assegurasse o desenvolvimento da matriz de produção.

Conforme observou-se, construiu-se entre os assentados e as lideranças do movimento uma relação de reciprocidade assimétrica de obediência, de dever e de responsabilidade, introjetada na subjetividade de cada membro do assentamento. Isso criou uma negação e um rompimento com vínculos da proposta inicial.

Atual conjectura do assentamento inverteu arte do jogo; as regras, que eram rígidas e obedecidas, não são mais seguidas, haja vista que os assentados vivem de acordo com suas próprias convicções de produção em suas unidades de produção familiar. Muitos já abandonaram seus lotes de terra porque não conseguiram sobreviver sem assistência das políticas públicas, outros arrendaram parte do lote terra para sobreviver. Uma outra realidade emergiu

após o rompimento e desligamento com as práticas agroecológicas: há um número expressivo de assentados que trabalham nos frigoríficos da Cooperativa Agroindustrial Lar para sustentar as suas famílias.

A reforma agrária não se faz apenas alocando famílias em determinada área e abandono-as à mercê da própria sorte. É preciso um aparato de políticas públicas, juntamente com equipes técnicas especializadas, para fomentar e impulsionar o desenvolvimento das famílias; só a terra não basta. Além dessas questões, há a principal questão: a soberania alimentar. No Assentamento Ander Rodolfo Henrique, a soberania alimentar é traduzida pelo adágio popular “cada um por si e Deus por todos”. Isso, a nosso ver, é importante ser salientado. A ressignificação de movimentos sociais aparece exatamente nesse devir entre antes e depois, entre autonomia e a inserção de teorias fora da realidade. Então, que se faça a vontade das famílias assentadas e que elas também assumam as consequências da decisão que tomaram.

Referências

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia e a reconstrução de uma agricultura pós-COVID-19, **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 5, p. 881-898, 2020.

ANDRADE, V. A. G. de F. Dos tipos fundamentais de dívida (schuld) para uma genealogia da moral. **Cadernos da Graduação**, Campinas, n. 8, p. 285-292, 2010.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BORGES, J. L. B. **MST: do produtivismo a agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013.

COLOGNESE, S.; MELLO, J.L.B. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

DE SOUZA, A. L. Produção agroecológica e políticas públicas no assentamento Loiva Lourdes- Borebi-sp. **Alamedas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.48075/ra.v4i1.14077. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/14077>. Acesso em: 3 fev. 2023.

DE SOUZA, A. L.; AURÉLIO, V. G. Educação do campo e neoliberalismo: uma breve trajetória da educação no MST. **Alamedas**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2018. DOI: 10.48075/ra.v6i2.19189. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/19189>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final**. Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <http://neaep.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimentar>. Html. Acesso em: 22 jan. 2022.

GODBOUT, T. J. **Ce qui circule entre nous**. Paris: Le Seuil, 2007.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639**. Brasília, DF.: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003, p. 39-64.

GONÇALVES, S. **Resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAZZARETTI, M. Â. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa, 2007.

LE COQ, J. *et al.* Public policy support for agroecology in Latin America: Lessons and perspectives. **Global Journal of Ecology**. v. 5, n. 1, p. 129-138, 2020.

MELO, T. G.; SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos De Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 41-67, 2016.

MENEZES, M. A. A reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato. *In*: MARTINS, P. H.; CAMPOS, B. C. (orgs.). **Polifonia do Dom**. Recife: Ed. UFPE, 2006, p. 209-234.

MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2000.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 1-22, 1998.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 20, p. 41-49, 1999.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 27, v. 13, p. 24-51, mai./ago. 2011.

SCHENATO, V.C. **Para além das fronteiras**: as construções identitárias nas relações com os “outros”. Um estudo de caso das relações entre colonos e assentados no Oeste paranaense. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

SCOTT, J. C. **The moral economy of the peasant**: rebellion and subsistence in Southeast Asia. New Haven/ London, Yale University Press, 1976.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 73-102.

SOUZA, A. L. de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST**: entre o ideal e o concreto/estudo de caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique – Diamante D’Oeste, Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOUZA, A. L. de. A construção das bases agroecológicas em assentamento de reforma agrária do MST: o desafio entre o ideal e o concreto. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 69-83, 2018.

SOUZA, A. L. de. A reforma agrária nas interfaces de Ignácio Rangel e Caio Padro Júnior: o desenvolvimento rural em questão. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 16, n. 43 Dez., p. 170–196, 2022. DOI:10.14393/RCT164308. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/61552> . Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A.L. de. Resenha: novas práticas alimentares no mercado global. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. 7, 6 (jul. 2021), 788–793. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i6.1430>.

SOUZA, A. L. de; SCHNEIDER, S. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.497. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/497>. Acesso em: 3 fev. 2023

SOUZA, A. L. de. A subsistência do homem e ensaios correlatos. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 405–411, 2021. DOI: 10.33026/peg.v22i1.8435. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8435>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SOUZA, A.L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. A falácia do Mercado Autorregulado: Institucionalização de liberdade e a comodificação da natureza em Karl Polanyi. **Revista Brasileira de Ciência Aplicada**, 4 (6), 3291–3310. 2020. <https://doi.org/10.34115/basrv4n6-001>

TEMPLE, D. L. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS**, n. 12, v. 2, p. 234-242, 1998.

VADE MECUM BRASIL. **Coação Moral**. Vade Mecum Brasil, 2019. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/coacao-moral#:~:text=Constrangimento%20de%20urna%20pessoa%20a,pela%20in fra%C3%A7%C3%A3o%20penal%20o%20coator>. Acesso em: 15 mar. 2022.